

Ministério Público e Secretaria de Saúde investigam denúncia de que enfermeiros e auxiliares conseguem aumentos salariais com certificados irregulares de conclusão de cursos de especialização

Suspeita de compra de diplomas

José Varella/CB/28.10.04

DF - Saúde

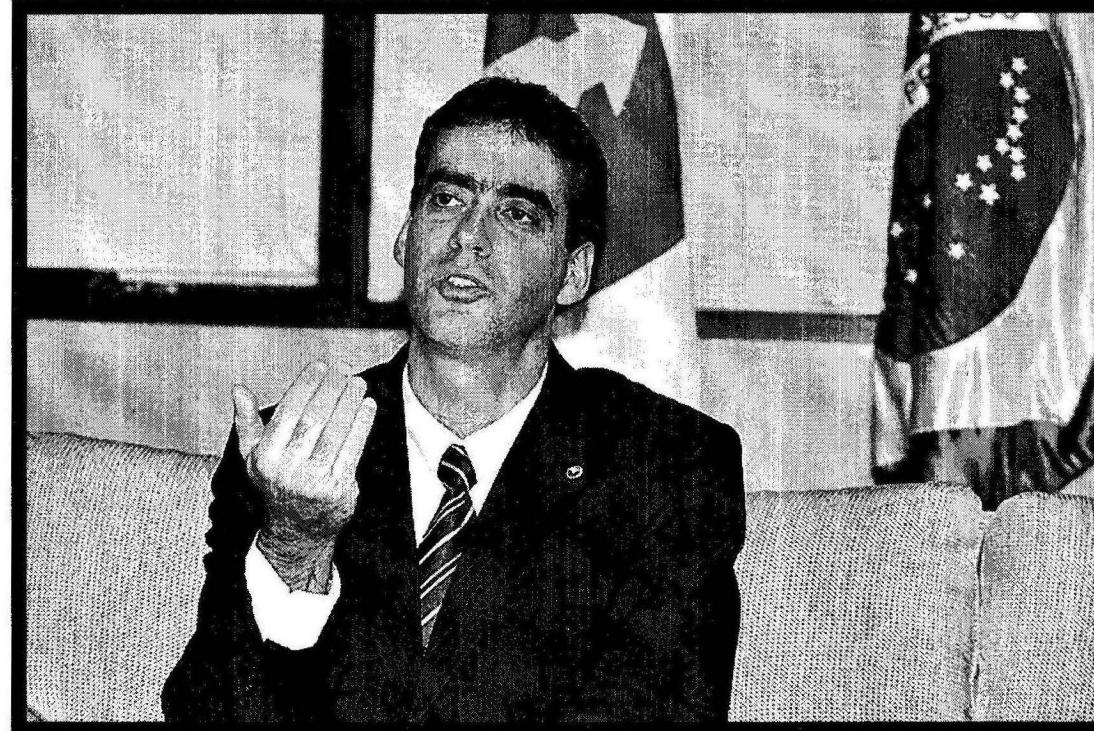
DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

A Secretaria de Saúde investiga um possível esquema de fraude no plano de titulação dos servidores. Denúncia encaminhada por funcionários da rede pública aponta a compra de diplomas principalmente por enfermeiros e auxiliares. Pela acusação, os envolvidos participam do comércio irregular para ganhar um aumento de até 30% nos salários. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) também vai apurar o caso. O procurador-geral de Justiça, Rogério Schietti, recebeu um documento que revela como funciona a venda dos títulos.

Criado em fevereiro de 2004 para incentivar os servidores a se especializarem, o plano de titulação prevê aumentos que variam de 3% a 30% nos vencimentos. Cada diploma na área em que o profissional atua garante um reajuste pré-definido. O percentual varia, entre outros critérios, de acordo com a carga horária do curso. Até certificados de ensino a distância são aceitos. Desde janeiro de 2005, quando entrou em vigor a portaria que regulamenta o plano de titulação, mais de 10 mil servidores públicos da área de saúde – o equivalente a metade dos ativos – foram beneficiados.

A denúncia pesa contra os cursos que não exigem a presença dos alunos em sala de aula, conhecidos como não pre-



SCHIETTI: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTUDA MONTAR UMA FORÇA-TAREFA COM DUAS PROMOTORIAS PARA INVESTIGAR O CASO

senciais. Nesses casos, os interessados compram uma apostila que custa entre R\$ 40 e R\$ 160, levam o material para casa e apresentam um resumo que será avaliado pela instituição de ensino. É o suficiente para conseguir o título que gera o aumento no salário. Não há uma análise profunda sobre a autoria do trabalho. "O aluno pode pedir para um colega fazer o relatório final e não há problema. É um absurdo", critica o servidor da Secretaria de Saúde que formalizou a denúncia, que pede

para não ser identificado.

O denunciante afirma que existem intermediários do comércio ilegal de diplomas infiltrados dentro da secretaria. "Eles divulgam e lucram com o esquema, também vendem as apostilas e até fazem o resumo quando a pessoa paga por isso", aponta. O Ministério Público estuda montar uma força-tarefa, com as promotorias de Defesa do Patrimônio Público e de Defesa da Saúde, para investigar o caso. "Se for comprovada, a irregularidade causa prejuízos para

os cofres do governo e para os pacientes que são atendidos por esses profissionais", explica Rogério Schietti.

Certificados

O procurador-geral de Justiça vai requisitar informações à Secretaria de Saúde e dar um prazo de 10 dias para o órgão apresentar resposta. Entre as instituições de ensino a distância que figuram na denúncia está a Prodeespe, na 505 Sul, cujo ano de fundação coincide com a criação do plano de títulos. Há



OS CURSOS A DISTÂNCIA OFERECIDOS PELA PRODEESPE SERÃO INVESTIGADOS

dois anos em funcionamento, a escola já emitiu mais de três mil certificados. Atualmente, outros quatro mil alunos estão inscritos nos cursos de especialização da Prodeespe.

Só na área de Saúde, a Prodeespe oferece 18 alternativas de cursos não presenciais. Os interessados podem optar por temas que vão desde Ética Profissional a Primeiros Socorros. Em nenhuma das opções, é necessário participar das aulas. "Essas suspeitas foram levantadas pelos concorrentes. É perseguição. Trabalhamos dentro da regularidade e temos toda a documentação exigida", garante a coordenadora da Prodeespe, Dina Soares. Ela afirma que todos os trabalhos apresentados são avaliados com cautela. Uma lei federal de 1996 autoriza a realização de cursos à distância.

Para o vice-presidente da Câmara Legislativa, deputado distrital Chico Floresta (PT), autor da representação no Ministério Público, é preciso apurar a fundo a irregularidade. "A idéia é moralizar o sistema para que os servidores que buscam especialização dentro da lei não sejam prejudicados", comenta. Ele destaca que o comércio de diploma coloca em risco a vida dos pacientes. A diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, Maria Fátima Cordeira, afirma que todos os títulos são avaliados por uma comissão interna do órgão. Ela adianta que irá analisar a quantidade e a procedência de títulos recebidos pela secretaria. "Preparamos um levantamento preliminar para checar as possíveis irregularidades", explica.